

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Informações trimestrais em
31 de março de 2019**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas da Administração informações trimestrais - ITR	13



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitidos pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	77.416	60.635
Depósitos bancários vinculados	4	63.862	62.000
Contas a receber	5	60.308	56.491
Estoques	6	17.236	15.297
Estoques - outros ativos mantidos para venda	7	58	58
IRPJ e CSLL a compensar	8	413	400
Tributos a recuperar	8	3.832	4.110
Adiantamento a fornecedores		199	169
Outros ativos		5.073	5.228
Ativos mantidos para venda	9	4.989	4.989
		<u>233.386</u>	<u>209.377</u>
Não circulante			
Depósitos bancários vinculados	4	27.079	26.810
IRPJ e CSLL diferidos	19	209.949	205.299
Depósitos judiciais	20	11.652	17.194
Outros ativos		72	80
		<u>248.752</u>	<u>249.383</u>
Investimentos			
Ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes	10	54.451	54.451
Imobilizado	11	492.830	467.444
Intangível	12	33.653	33.993
		<u>580.934</u>	<u>555.888</u>
Total do ativo		<u>1.063.072</u>	<u>1.014.648</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	18.271	15.703
Empréstimos e financiamentos	14	3.072	3.177
Debêntures	15	126.246	122.552
Arrendamentos a pagar	16	11.807	-
Salários e encargos sociais		11.765	12.730
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.402	1.391
Tributos a pagar	21	2.313	2.493
Provisão para participação nos resultados	18.b	9.435	8.000
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3
Outros passivos		814	311
Não circulante		<u>185.128</u>	<u>166.360</u>
Empréstimos e financiamentos	14	1.851	2.535
Debêntures	15	53.574	52.921
Arrendamento a pagar	16	43.622	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	20.095	25.142
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		6.058	6.358
Provisão para benefícios pós-emprego	18.a	10.744	10.441
Outros passivos		555	582
		<u>136.499</u>	<u>97.979</u>
Total do passivo		<u>321.627</u>	<u>264.339</u>
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	22	688.319	688.319
Reservas de capital	22	34.050	33.714
Reservas de lucros	22	55.275	55.275
Ações em tesouraria	22	(20.287)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	22	(6.712)	(6.712)
Prejuízos acumulados	22	(9.200)	-
Total do patrimônio líquido		<u>741.445</u>	<u>750.309</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.063.072</u>	<u>1.014.648</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços	24	71.046	82.586
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	25	<u>(52.530)</u>	<u>(80.623)</u>
Lucro bruto		<u>18.516</u>	<u>1.963</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	25	(29.170)	(30.393)
Outras receitas operacionais		289	2.485
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		<u>(10.365)</u>	<u>(25.945)</u>
Receitas financeiras	26	3.199	4.120
Despesas financeiras	26	(6.684)	(7.799)
Prejuízo antes dos impostos		(13.850)	(29.624)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	<u>4.650</u>	<u>(803)</u>
Prejuízo do período		<u>(9.200)</u>	<u>(30.427)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	23	(0,06)	(0,19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Prejuízo do período	(9.200)	(30.427)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(9.200)</u>	<u>(30.427)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>			<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prêmio de opções de ações</u>	<u>Custo com emissão de ações</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Ações em tesouraria</u>			
Em 31 de dezembro de 2017	<u>688.319</u>	<u>51.412</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>-</u>	<u>846.580</u>
Ajuste na adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	-	-	-	-	-	-	(1.215)	(1.215)
Em 1º de janeiro de 2018	<u>688.319</u>	<u>51.412</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>(1.215)</u>	<u>845.365</u>
Prêmio de opções de ações	-	323	-	-	-	-	-	-	323
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(30.427)	(30.427)
Em 31 de março de 2018	<u>688.319</u>	<u>51.735</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>(31.642)</u>	<u>815.261</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>688.319</u>	<u>52.162</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>22.664</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>-</u>	<u>750.309</u>
Prêmio de opções de ações	-	335	-	-	-	-	-	-	335
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)
Em 31 de março de 2019	<u>688.319</u>	<u>52.498</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>22.664</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>(9.200)</u>	<u>741.445</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(9.200)	(30.427)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	32.169	34.155
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.650)	803
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	927	(1.583)
Provisão para despesa com opções de ações	335	323
Benefícios Pós-Emprego	303	263
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	1.507	17.897
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	6.017	7.426
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	572	456
Provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques mantidos para venda	-	385
Provisão para estoques de giro lento	592	996
Ajuste CPC 48/ IFRS 9	1	(19)
Provisão para participação nos resultados	1.435	-
Outras provisões (reversões)	(655)	962
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:		
Contas a receber	(4.390)	(10.970)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	-	(211)
Estoques	(2.531)	(292)
Tributos a recuperar	278	930
IRPJ e CSLL a compensar	(12)	1.778
Depósitos judiciais	5.699	3
Outros ativos	132	(379)
Fornecedores	3.201	(1.870)
Salários e encargos sociais	(966)	(597)
Tributos a pagar	(469)	(2.855)
Outros passivos	479	(549)
Processos judiciais liquidados	(6.150)	(346)
Juros pagos	(96)	(152)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>24.527</u>	<u>16.128</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	(1.053)	(190)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.053)</u>	<u>(190)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Depósitos bancários vinculados	(2.130)	1.087
Amortização de empréstimos e debêntures	(790)	(789)
Arrendamento	(3.773)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>(6.693)</u>	<u>298</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>16.782</u>	<u>16.236</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>60.635</u>	<u>67.826</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>77.416</u>	<u>84.062</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>16.782</u>	<u>16.236</u>

Até 31 de março de 2019, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 4.959 e que não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	83.059	93.558
Cancelamentos e descontos	(4.442)	(3.447)
Outras receitas	346	3.423
Provisão para perda de créditos esperadas	(572)	(456)
	<u>78.391</u>	<u>93.078</u>
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.712)	(2.049)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.543)	(22.780)
Baixa de ativos	(1.507)	(18.282)
	<u>(23.762)</u>	<u>(43.111)</u>
Valor adicionado bruto	54.629	49.967
Depreciação, amortização e exaustão	(32.169)	(34.154)
	<u>22.460</u>	<u>15.813</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>22.460</u>	<u>15.813</u>
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	3.199	4.120
	<u>3.199</u>	<u>4.120</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>25.659</u>	<u>19.933</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	21.259	24.312
Remuneração direta	16.752	18.449
Benefícios	3.505	4.544
FGTS	1.002	1.319
Impostos, taxas e contribuições	6.733	13.726
Federais	5.884	12.778
Estaduais	511	692
Municipais	338	256
Remuneração sobre o capital de terceiros	6.867	12.322
Juros e variações cambiais	6.532	7.594
Aluguéis	335	4.728
Remuneração de capitais próprios	(9.200)	(30.427)
Prejuízo do período	(9.200)	(30.427)
	<u>(9.200)</u>	<u>(30.427)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>25.659</u>	<u>19.933</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada Unidade de Negócio estão mencionadas na nota explicativa 27.

As informações intermediárias contidas nessas informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2018, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2018), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2019 são as de “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, “Dividendo propostos e juros sobre capital próprio”, “Perdas estimadas por valor não recuperável”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2018, pelas notas explicativas 3, 4, 23, 26 e 30, respectivamente.

2.2 Base de elaboração

Com exceção dos impactos divulgados na nota explicativa 2.3, as mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, divulgadas nas notas explicativas nºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 14 de março de 2019 e no dia 21 de março de 2019 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3 Principais políticas contábeis

Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Foram analisados todos os contratos de arrendamento da Companhia com prazo superior a um ano e com valores unitários dos bens arrendados acima do limite estabelecido pela norma. Para fins de adoção inicial, foi adotada a modelagem retrospectiva modificada, tendo sido analisados os contratos de arrendamento dos imóveis e veículos utilizados pela Companhia para suas unidades de negócio Construção e Rental. A taxa de desconto para determinação do valor presente líquido dos contratos foi de 9,93% a.a.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 foram registrados no balanço de abertura de 2019, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme nota explicativa 16 e quadro abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajustes na adoção CPC06(R2) /IFRS 16	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019
Balanco Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	467.444	57.786	525.230
Arrendamento (passivo)	-	(57.786)	(57.786)

2.4 Reapresentação dos valores correspondentes às informações contábeis intermediárias para o período findo em 31 de março de 2019

A Companhia reavaliou a apresentação e divulgação nas informações contábeis intermediárias das transações de vendas de ativo imobilizado que anteriormente eram mantidos para locação a terceiros, denominadas como venda de seminovos (outros). Anteriormente, essas vendas e custos eram apresentados como outras receitas operacionais e a Companhia concluiu que essas transações deveriam ser apresentadas na receita líquida de vendas e serviços e no custo dos produtos e serviços vendidos, na demonstração de resultado, uma vez que fazem parte das atividades operacionais da Companhia. Desta forma, os valores comparativos referentes período findo em 31 de março de 2018, originalmente apresentados nas informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre de 2018 estão sendo reapresentadas.

Os valores comparativos da demonstração de resultado e da demonstração de valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, originalmente apresentados nas informações contábeis intermediárias aprovadas em 7 de maio de 2018, estão sendo reapresentados de acordo, conforme resumo abaixo:

Demonstração de resultado

	31/03/2018		
	Saldo original	Reclassificações	Saldo reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	78.987	3.599	82.586
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(69.534)	(11.089)	(80.623)
Lucro (prejuízo) bruto	9.453	(7.490)	1.963
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(27.908)	-	(27.908)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.490)	7.490	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos	(25.495)	-	(25.495)
Receitas financeiras	4.120	-	4.120
Despesas financeiras	(7.799)	-	(7.799)
Prejuízo antes dos impostos	(29.624)	-	(29.624)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(803)	-	(803)
Prejuízo do período	(30.427)	-	(30.427)

Demonstração do valor adicionado

	31/03/2018		
	Saldo original	Reclassificações	Saldo reapresentado
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	89.920	3.638	93.558
Cancelamentos e descontos	(3.447)	-	(3.447)
Outras receitas	7.061	(3.638)	3.423
Provisão para perdas com créditos esperadas	(456)	-	(456)
	93.078	-	93.078

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	825	121
Aplicações financeiras	76.591	60.514
	77.416	60.635

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2019, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 96,23% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,78%, em 31 de dezembro de 2018).

4 Depósitos bancários vinculados

Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos *covenants*, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 15. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante	63.862	62.000
Não Circulante	27.079	26.810
	90.941	88.810

Em 31 de março de 2019, os depósitos bancários vinculados referem-se a certificados de depósitos bancários - CDB remunerados pela taxa média de 97,94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,66%, em 31 de dezembro de 2018).

5 Contas a receber

Unidade de negócio	31/03/2019			31/12/2018		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	96.269	(72.515)	23.754	98.667	(75.017)	23.650
Rental	84.042	(47.488)	36.554	82.213	(49.372)	32.841
	180.311	(120.003)	60.308	180.880	(124.389)	56.491
Circulante	84.589	(24.282)	60.308	84.164	(27.673)	56.491
Não circulante	95.721	(95.721)	-	96.716	(96.716)	-

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperados de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31/03/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(124.390)	(133.801)
Efeito da adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	(1.731)
Impacto líquido de PCE no resultado (i)	(572)	(2.274)
Baixas	4.959	13.416
Saldo no final do período	<u>(120.003)</u>	<u>(124.390)</u>

- (i) No período findo em 31 de março de 2019, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 2.426 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 42.779) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 1.854 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 40.505), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 572 (em 31 de dezembro de 2018 resultado líquido negativo de R\$ 2.274).

A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	31/03/2019	31/12/2018
A vencer	52.141	49.463
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	2.722	1.781
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	9.756	11.056
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	3.842	4.001
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	3.503	5.161
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	12.571	12.702
Vencidos acima de 360 dias (*)	95.776	96.716
	<u>180.311</u>	<u>180.880</u>

- (*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

6 Estoques

	31/03/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	1.969	1.963
Peças de reposição e suprimentos	17.734	15.209
Provisão para estoque de giro lento (*)	(2.467)	(1.875)
	<u>17.236</u>	<u>15.297</u>

- (*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

7 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Foi celebrado o seguinte contrato em dólares dos Estados Unidos para a venda de manipuladores de carga:

Data do contrato	Tipo	Quantidade	Cronograma	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada
15/03/2017	Manipuladores de carga	170	Abr/2017 a Mai/2019	24.690	14.038

Os valores de custo e depreciação acumulada acima mencionados, foram transferidos do ativo de locação (imobilizado) para estoques - outros ativos mantidos para venda. Com a transferência, a depreciação desses equipamentos foi interrompida e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O valor realizável foi calculado com base no valor total da venda, menos o valor residual dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas.

	31/03/2019	31/12/2018
Estoque - Outros ativos mantidos para venda	<u>58</u>	<u>58</u>

8 Tributos a recuperar

	31/03/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL a compensar (*)	413	400
PIS e COFINS a compensar (**)	2.920	3.186
ICMS a compensar (***)	548	540
Outros	<u>364</u>	<u>384</u>
	<u>4.245</u>	<u>4.510</u>

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras em 2018, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais da mesma natureza durante o exercício de 2019.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.

(***) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

9 Ativos mantidos para venda

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

	31/03/2019	31/12/2018
Ativos mantidos para venda	7.028	7.028
Perda por desvalorização de ativo (i)	<u>(2.039)</u>	<u>(2.039)</u>
	<u>4.989</u>	<u>4.989</u>

- (i) A provisão por perda por desvalorização de ativo, que é realizada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos em 31 de dezembro 2018, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

10 Ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de março de 2019, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2018.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2018, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpétuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

A avaliação do valor justo é realizada ao final de cada exercício e como não houve alterações significativas nas condições analisadas anteriormente, a Administração entende que não há alteração no valor justo estimado do investimento na Rohr em 31 de março de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018, o qual é de R\$ 54.451.

11 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73	1.259.227	22.622	24.138	14.934	1.386	9.863	11.058	-	-	231	84.232	1.343.459
Aquisição	1.809	-	1.809	256	-	7	173	60	64	-	-	689	1.249	3.058
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(179.605)	-	(179.605)	(4.821)	(1.179)	(138)	(316)	(237)	(119)	-	-	-	(6.810)	(186.415)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(152)	-	(152)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152)
Transferência	-	-	-	788	-	-	-	(43)	-	-	-	(745)	-	-
Reclassificação	73	(73)	-	71	-	-	-	262	-	-	-	-	333	333
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Aquisição	-	-	-	-	-	88	-	-	2	-	-	130	220	220
Direito de uso - adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.501	3.346	-	57.847	57.847
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(7.418)	-	(7.418)	-	-	(132)	-	-	(6)	-	-	-	(138)	(7.556)
Transferência	85	-	85	90	-	-	-	-	(85)	-	-	(90)	(85)	-
Saldos em 31 de março de 2019	1.073.946	-	1.073.946	19.006	22.959	14.759	1.243	9.905	10.914	54.501	3.346	215	136.848	1.210.794

*Mills Estruturas e
Serviços de Engenharia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2019*

Depreciação acumulada	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(665.942)	(39)	(665.981)	(8.590)	(4.166)	(13.508)	(1.102)	(3.780)	(6.643)	-	-	-	(37.789)	(703.770)
Depreciação	(116.173)	-	(116.173)	(2.320)	(670)	(1.066)	(94)	(862)	(833)	-	-	-	(5.845)	(140.856)
Baixa/alienação e Transf p/estoques mantidos para venda	128.409	-	128.409	3.327	834	138	260	219	86	-	-	-	4.864	119.715
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(236)	-	-	-	(88)	-	-	-	-	(324)	(440)
Reclassificação	(39)	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	(42)	-	-	-	(42)	-	-	-	-	-	8.726
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Depreciação	(26.915)	-	(26.915)	(475)	(154)	(115)	(21)	(218)	(203)	(2.472)	(531)	-	(4.189)	(31.104)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	5.912	-	5.912	-	-	132	-	-	5	-	-	-	137	6.049
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(48)	-	-	-	(22)	-	-	-	-	(70)	(70)
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(45)	-	(45)	-	-	-	-	-	45	-	-	-	45	-
Saldos em 31 de março de 2019	(674.793)	-	(674.793)	(8.384)	(4.156)	(14.419)	(957)	(4.709)	(7.543)	(2.472)	(531)	-	(43.171)	(717.964)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2018	427.534	-	427.534	11.055	18.957	367	307	5.436	3.613	-	-	175	39.910	467.444
Saldo em 31 de março de 2019	399.153	-	399.153	10.622	18.803	340	286	5.196	3.371	52.029	2.815	215	93.677	492.830

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de março de 2019 por grupamento:

Computadores e periféricos	88
Obras em andamento	130
Outros	2
	<hr/>
	220
	<hr/> <hr/>

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2019 a R\$ 26.301 e R\$ 4.803 (31 de março de 2018 R\$ 30.607 e R\$ 2.350), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 31 de março de 2019.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) ao longo de 2018, com base no CPC 01, e, dessa forma, efetuou os testes de *impairment* aplicáveis. O valor recuperável desse conjunto de ativos foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, por meio de projeção de fluxo de caixa descontado. Para fundamentação do valor em uso do ágio foi considerado o prazo de dez anos mais perpetuidade, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil, e para fundamentação do valor em uso do ativo imobilizado foi considerado o prazo de dez anos conforme vida útil do ativo.

Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos das Unidades de Negócio Construção e Rental, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração não identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) durante o primeiro trimestre de 2019.

12 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52.203	3.156	43	13.376	68.778
Aquisição	926	-	565	-	1.492
Alienação	-	-	-	-	-
Transferência	92	-	(92)	-	-
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	184	13.376	69.937
Aquisição	723	-	110	-	833
Saldos em 31 de março de 2019	53.944	3.156	294	13.376	70.770
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(25.692)	(878)	-	(4.232)	(30.802)
Amortização	(4.666)	-	-	-	(4.666)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(476)	-	-	-	(476)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Amortização	(1.065)	-	-	-	(1.065)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(108)	-	-	-	(108)
Saldos em 31 de março de 2019	(32.006)	(878)	-	(4.232)	(37.117)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.387	2.278	184	9.144	33.993
Saldo em 31 de março de 2019	21.937	2.278	294	9.144	33.653

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 11.

13 Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	17.781	15.219
Fornecedores estrangeiros	491	484
	<u>18.271</u>	<u>15.703</u>

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante	3.072	3.177
Não circulante	<u>1.851</u>	<u>2.535</u>
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>4.923</u>	<u>5.712</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	31/03/2019	31/12/2018
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>26.993</u>	<u>26.993</u>
	<u>26.993</u>	<u>26.993</u>

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 31 de março de 2019 estão demonstradas abaixo:

2019	2.386
2020 a 2021	<u>2.537</u>
	<u>4.923</u>

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2.

- (i) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

As definições dos itens (iii) e (iv), já estão apresentadas na nota explicativa 15.

Em 31 de março de 2019, a Companhia atingiu os índices de *covenants* definidos acima.

15 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/03/2019	31/12/2018
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 7,00 a.a.	111.735	108.627
Custo de emissão						(129)	(152)
						<u>111.605</u>	<u>108.475</u>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	116,00% CDI	68.240	67.062
Custo de emissão						(25)	(64)
						<u>68.215</u>	<u>66.998</u>
						<u>179.820</u>	<u>175.473</u>
Circulante						126.246	122.552
Não circulante						53.574	52.921

2ª emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures constantes no quadro acima, terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **2ª serie** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de

transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em 31 de março de 2019, os saldos das debêntures brutas dos custos de transação são de R\$ 126.362 no passivo circulante e de R\$ 53.613 no passivo não circulante e R\$ 126.246 e R\$ 53.574 líquidos dos custos de transação, respectivamente (em 31 de dezembro de 2018, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 122.704 no passivo circulante e de R\$ 52.982 no passivo não circulante, e R\$ 122.552 e R\$ 52.921 líquidos dos custos de transação).

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO (i), para o cálculo de *covenants* para fins de vencimento antecipado;
- Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- Manutenção do EBITDA nos *covenants* para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

As principais deliberações das Assembleias de Debenturistas de 22 de fevereiro de 2019, foram:

- Anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018;
- Permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- Alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures;
- De outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site www.mills.com.br/ri e no site da CVM.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, os quais foram alterados pelas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 22 de março de 2017, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (ii) pelo FCO deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do FCO pela Despesa Financeira Líquida (iii) deverá ser igual ou superior a 2.
- (ii) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
- (iii) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; e
- (iv) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.
- (v) Considerando as deliberações relativas aos *covenants* aprovadas pelas Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017 e as deliberações relativas aos *covenants* originais para fins de determinação das despesas não recorrentes para o cálculo do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 31 de março de 2019, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

16 Arrendamentos a pagar

A partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos à depreciação e os arrendamentos passam a reconhecidos no passivo, tal como os leasings financeiros, sujeitos à atualização monetária e amortizados pelo pagamento do arrendamento.

Os montantes referentes à diretos de uso dos arrendamentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	31/03/2019	31/12/2018
Arrendamento a pagar		
Imóveis	(9.778)	-
Veículos	(2.029)	-
	(11.807)	-
Circulante		
Imóveis	(42.800)	-
Veículos	(822)	-
	(43.622)	-
Não circulante		

17 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período findo em 31 de março de 2019 e no exercício de 2018.

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro 2018, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b. Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	31/03/2019	31/03/2018
Salários e encargos - Diretoria	1.710	1.869
Honorários do Conselho de Administração	642	378
Pagamentos com base em ações	-	139
	2.352	2.386

18 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2018 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1)

	31/03/2019	31/12/2018
Benefício pós-emprego	10.744	10.441

b. Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados de 2019, é baseado no atingimento do EBITDA ajustado e do Fluxo de Caixa Livre anual orçados e metas corporativas e individuais. Todos os colaboradores da Mills com pelo menos 90 dias trabalhados em 2019 são elegíveis.

Em 31 de março de 2019, o valor provisionado foi de R\$ 1.435.

c. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(72)	188
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	(805)	895

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

- (i) A criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento;
- (ii) A definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 21.b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/03/2019	31/12/2018
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587

	31/03/2019	31/12/2018
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	513	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	164
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	188	188
Número de opções canceladas (milhares)	72	72
Programa 2016:		
Reserva de capital	1.805	1.699
Número de opções a exercer (milhares)	895	895
Número de opções canceladas (milhares)	805	805
Total registrado como patrimônio (acumulado)	52.191	52.086
Efeito no resultado	(105)	(673)

d. Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui plano de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

	Ações em milhares					
	Data da outorga	Data final de exercício	Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	-	-	868

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 18 de junho de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: sobre a aprovação da proposta de criação de um Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, com consequente convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre sua aprovação.

Em 18 de julho de 2018, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação do Plano de incentivo com ações restritas, conforme proposto pelo Conselho de Administração.

Em 18 de agosto de 2018 a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a adoção do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 18 de novembro de 2018 a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de agosto de 2018, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

O plano concedido em 2018 foi classificado como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2018	3,17	3,18	0,00	54,56%	0,00%	5,04%	3 anos
						31/03/2019	31/12/2018
Plano 2018:							
Reserva de capital						307	77
Número de opções a exercer (milhares)						868	868
Número de opções canceladas (milhares)						-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)						307	77
Efeito no resultado						(230)	(77)

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	31/03/2019	31/03/2018
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.850)	(29.624)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	4.710	10.072
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(60)	(422)
Não reconhecimento do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal (i.d)	-	(10.453)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>4.650</u>	<u>(803)</u>
Alíquota efetiva	34%	-3%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte

Descrição	31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	31 de março de 2019
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	(672)	-	-	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa	(15)	-	-	(15)
Arrendamento financeiro	(208)	-	51	(157)
Atualização de depósito judicial	(1.758)	(59)	5	(1.812)
Debêntures	(73)	-	20	(53)
Depreciação acelerada	(3.012)	-	189	(2.823)
Hedge sobre imobilizado	(420)	-	32	(388)
Variação cambial ativa - compet.	(387)	(31)	5	(413)
Ajuste a valor justo (Rohr)	2.296	-	-	2.296
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa (adoção inicial)	36	-	-	36
Ajuste PCLD adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588
Arrendamento IFRS 16	-	200	-	200
Benefício pós emprego	359	103	-	462
Benefício pós emprego (ajuste inicial)	3.191	-	-	3.191
Gratificações a pagar	735	-	(322)	413
Perda por desvalorização de ativo	693	-	-	693
Perdas estimadas por valor não recuperado (Rohr)	8.906	-	-	8.906
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL	165.960	6.324	-	172.284
Provisão de participação nos lucros e resultados	2.720	489	-	3.209
Provisão estoque giro lento	637	201	-	838
Provisão para descontos e cancelamentos	-	166	-	166
Provisão para perdas de crédito de esperadas	9.378	2.395	(3.296)	8.477
Provisão para realização crédito ICMS	29	-	-	29
Provisões de custos e despesas	1.247	(165)	-	1.082
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.549	575	(2.292)	6.832
Stock Options	8.494	36	-	8.530
Variação cambial passiva	463	24	-	487
	<u>205.299</u>	<u>10.258</u>	<u>(5.608)</u>	<u>209.949</u>

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de março de 2019 é de R\$ 4.082, referente à adoção inicial CPC 48/IFRS 9.

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

Natureza	Fundamentos para realização
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	Pela alienação/impairment do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/impairment do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

- (i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2018 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia.

As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

20 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/03/2019	31/12/2018
Tributários (i)	4.939	4.884
Cíveis (ii)	878	6.457
Trabalhistas (iii)	10.551	10.127
Honorários de êxito (iv)	2.651	2.607
Honorários de sucumbência (v)	1.075	1.067
	<u>20.095</u>	<u>25.142</u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	31/03/2019	31/12/2018
Saldo em 1º de janeiro	<u>25.142</u>	<u>21.364</u>
Constituições	1.243	9.450
Atualizações monetárias	175	1.859
Reversões/baixas	<u>(6.466)</u>	<u>(7.531)</u>
Saldo no período	<u>20.095</u>	<u>25.142</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Em dezembro de 2018, foi realizada provisão em razão de uma ação de indenização por danos morais e materiais movidas contra a companhia. Em razão do desfecho desfavorável desta ação, a provisão foi revertida.

- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia.

a. Composição dos depósitos judiciais

	31/03/2019	31/12/2018
Tributários (i)	8.464	8.326
Trabalhistas (ii)	3.189	3.110
Cíveis (iii)	-	5.758
	11.652	17.194

- (i) Em 31 de março de 2019, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 8.464. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.388, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$ 3.188. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósito judicial relativo a uma ação de indenização por danos materiais e morais da qual a companhia é ré constituído em dezembro de 2018. Em razão do desfecho desfavorável à Companhia no primeiro trimestre de 2019, o depósito foi levantado.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias (i)	55.475	54.543
Cíveis (ii)	7.762	7.593
Trabalhista (iii)	11.674	10.594
	74.912	72.730

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;

- (d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (f) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que as estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) **Cíveis**
A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.
- (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a um processo de indenização por dano moral e material.
- (iii) **Trabalhistas**
A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

21 Tributos a pagar

	31/03/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	1.733	1.825
INSS	48	42
ICMS	242	113
ISS	152	122
Outros	138	391
	<u>2.313</u>	<u>2.493</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2019, é representado pelo valor de R\$ 688.319 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 688.319) dividido em 175.586 mil (31 de dezembro de 2018 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/03/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht ¹	13.817	7,87%	13.817	7,87%
Snow Petrel S.L.	23.677	13,48%	23.677	13,48%
Fundo de Investimento em participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ²	12.294	7,00%	12.294	7,00%
Brandes Investment Partners ⁵	7.955	4,53%	17.459	9,94%
Fama Investimentos Ltda. ³	9.123	5,20%	8.789	5,01%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ⁴	23.044	13,12%	23.044	13,12%
Outros	85.676	48,79%	76.506	43,58%
	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>

- Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- Signatários do Acordo de Acionistas, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
- Em 18 de março de 2019, a Brandes Investment Partners, LP passou a deter 4,53% do total de ações de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 52.498, referente aos planos de *stock options* para os empregados, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 34.049 como reserva de capital em 31 de março de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 33.714).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em Tesouraria em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a provisão para benefícios pós-emprego, conforme detalhado na nota explicativa 18.a.

23 Prejuízo por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/03/2019	31/03/2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(9.200)	(30.427)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,06)	(0,19)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	31/03/2019	31/03/2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(9.200)	(30.427)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Prejuízo diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,06)	(0,19)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de março de 2019 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

24 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)
Locação	68.756	70.646
Vendas de novos	4.627	3.249
Venda de seminovos	1.222	12.110
Venda de seminovos (outros)	1.719	3.638
Assistência técnica	2.616	1.516
Indenizações	2.720	1.305
Outros (i)	1.399	1.093
	<hr/>	<hr/>
Total receita bruta	83.059	93.557
	<hr/>	<hr/>
Impostos sobre vendas e serviços	(7.571)	(7.525)
Cancelamentos e descontos	(4.442)	(3.446)
	<hr/>	<hr/>
	71.046	82.586
	<hr/>	<hr/>

- (i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

25 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas; (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos; (iii) aluguel de equipamentos de terceiros; (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojetadoras, talhas e ferramentas em geral); (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de stock options, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

*Mills Estruturas e
Serviços de Engenharia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2019*

Natureza	31/03/2019			31/03/2018 (Reapresentado)		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(10.806)	(11.015)	(21.821)	(14.829)	(14.023)	(28.852)
Terceiros	(481)	(4.253)	(4.734)	(1.976)	(4.154)	(6.130)
Frete	(2.221)	(276)	(2.497)	(2.688)	(715)	(3.403)
Material construção/manutenção e reparo	(8.016)	(838)	(8.854)	(9.138)	(681)	(9.819)
Aluguel de equipamentos e outros	(155)	(180)	(335)	(1.029)	(3.698)	(4.727)
Viagem	(1.052)	(588)	(1.640)	(378)	(671)	(1.049)
Custo das mercadorias vendidas	(2.712)	-	(2.712)	(2.049)	-	(2.049)
Depreciação/Amortização	(26.301)	(5.868)	(32.169)	(30.607)	(3.548)	(34.155)
Baixa de ativos	(1.321)	-	(1.321)	(4.954)	-	(4.954)
Custo de venda com seminovos - outros	(170)	-	(170)	(11.090)	-	(11.090)
Provisão para perdas de crédito esperadas (PCE)	-	(572)	(572)	-	(456)	(456)
Plano de opção de compra de ações	-	(335)	(335)	-	(324)	(324)
Provisões	-	(927)	(927)	-	1.237	1.237
Participação nos resultados	-	(1.435)	(1.435)	-	-	-
Outros	705	(2.883)	(2.178)	(1.885)	(3.360)	(5.245)
	<u>(52.530)</u>	<u>(29.170)</u>	<u>(81.700)</u>	<u>(80.623)</u>	<u>(30.393)</u>	<u>(111.016)</u>

26 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	31/03/2019	31/03/2018
Juros recebidos	566	406
Receitas de aplicações financeiras	2.276	3.512
Descontos obtidos	107	32
Variações cambiais e monetárias ativas	250	154
Outras	-	16
	<u>3.199</u>	<u>4.120</u>

b. Despesas financeiras

	31/03/2019	31/03/2018
Juros - empréstimos	(176)	(244)
Variações cambiais e monetárias passivas	(311)	(671)
Juros - debêntures	(4.286)	(6.481)
Comissões e tarifas bancárias	(57)	(79)
IOF	(3)	(17)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(1.354)	-
Outras	(497)	(307)
	<u>(6.684)</u>	<u>(7.799)</u>

27 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)
Receita líquida	17.548	31.186	53.513	51.400	(15)	-	71.046	82.586
(-) Custos	(8.184)	(27.127)	(18.045)	(22.890)	-	-	(26.229)	(50.017)
(-) Despesas	(9.361)	(12.243)	(13.790)	(14.548)	421	403	(22.730)	(26.388)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(453)	(814)	(119)	348	-	10	(572)	(456)
(-) Depreciação e amortização	(13.622)	(16.738)	(18.547)	(17.417)	-	-	(32.169)	(34.155)
(+) Outras receitas	156	2.312	133	166	-	7	289	2.485
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(13.916)	(23.423)	3.145	(2.941)	406	419	(10.365)	(25.945)
Receita financeira	1.679	2.121	1.486	1.998	34	1	3.199	4.120
Despesa financeira	(3.453)	(3.849)	(3.400)	(3.689)	169	(261)	(6.684)	(7.799)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(15.690)	(25.151)	1.231	(4.631)	609	159	(13.850)	(29.624)
(-) IRPJ/CSLL	5.268	(681)	(414)	(125)	(204)	4	4.650	(803)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(10.422)	(25.833)	817	(4.757)	405	163	(9.200)	(30.427)

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imobilizado								
Custo de aquisição	513.323	495.431	697.471	664.852	-	-	1.210.794	1.160.283
(-) Depreciação acumulada	(312.479)	(304.775)	(405.485)	(388.064)	-	-	(717.964)	(692.839)
	200.844	190.656	291.986	276.788	-	-	492.830	467.444
Outros ativos	188.041	176.095	358.349	339.779	23.852	31.330	570.242	547.204
Ativo total	388.885	366.751	650.335	616.567	23.852	31.330	1.063.072	1.014.648

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos e do valor do investimento na Rohr.

28 Instrumentos financeiros

28.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil	
			31/03/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	1	77.416	60.635
Investimento Rohr	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	54.451	54.451
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	60.308	56.491
Depósitos bancários vinculados	Custo amortizado	-	90.940	88.810
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	4.923	5.712
Debêntures	Custo amortizado	-	179.820	175.473
Contas a pagar a fornecedores	Custo amortizado	-	18.271	15.703
Planos de opções de ações	Custo amortizado	-	52.498	52.162

28.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do Investimento Rohr

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo como ativo disponível para venda - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 54.451 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018), conforme apresentado na nota explicativa 10. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

28.3 Instrumento financeiro ao custo amortizado

a. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Dívida	Indicador	Valor contábil	
		31/03/2019	31/12/2018
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	111.735	108.627
3ª emissão de debêntures	CDI	68.240	67.062

28.4 Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Efeito no resultado		
			Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	76.591	5.392	4.044	2.696
Depósitos bancários vinculados	CDI	90.941	6.402	4.801	3.201
Total		167.532	11.794	8.845	5.897

Dívida	Indicador	Contábil	Efeito no resultado		
			Provável	25%	50%
BNDDES	TJLP	(4.923)	(388)	(475)	(562)
2ª emissão de debêntures					
2ª Série	IPCA	(111.735)	(12.615)	(13.814)	(15.012)
3ª emissão de debêntures	CDI	(68.240)	(5.739)	(7.173)	(8.608)
Total		(184.898)	(18.742)	(21.462)	(24.182)

	31/03/2019		
Referências	Provável I	Cenário II	Cenário III
		25%	50%
Taxas			
CDI ativo (%)	7,04%	5,28%	3,52%
CDI passivo (%)	7,25%	9,06%	10,88%
TJLP (%)	7,03%	8,79%	10,55%
IPCA (%)	4,01%	5,01%	6,02%

Fonte: Relatório Focus de 1º de abril de 2019.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

28.5 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de março de 2019							
Empréstimos e financiamentos	-	294	872	1.424	-	2.675	5.265
Debêntures	-	-	69.064	62.174	-	60.341	191.579
Fornecedores	1.021	6.323	3.146	354	2	-	10.846
Em 31 de dezembro de 2018							
Empréstimos e financiamentos	-	294	872	2.294	-	2.674	6.149
Debêntures	-	-	-	130.813	-	60.220	191.033
Fornecedores	1.272	12.354	1.697	370	10	-	15.703

28.6 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

(i) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	31/03/2019	31/12/2018
Conta corrente		
Banco (i)	825	121
Depósitos bancários vinculados (i)	-	-
Aplicações		
Banco (i)	76.591	60.514
Depósitos bancários vinculados (i)	90.941	88.810
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	168.357	149.445

- (i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

28.7 Gestão de capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas.

Visando à manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	31/03/2019	31/12/2018
Dívida bancária total	<u>184.897</u>	<u>181.401</u>
Financiamentos	4.923	5.712
Debêntures bruta (vide nota explicativa nº 15)	<u>179.175</u>	<u>175.689</u>
Caixa equivalente de caixa	<u>77.416</u>	<u>60.635</u>
Depósitos bancários vinculados	<u>90.941</u>	<u>88.810</u>
Endividamento líquido	<u>16.540</u>	<u>31.956</u>
Patrimônio líquido	<u>741.444</u>	<u>750.309</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,02</u>	<u>0,04</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	31/03/2019	31/12/2018
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	4.923	5.713
Não utilizadas	9.600	9.600
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:	-	-
Utilizadas	4.923	5.713
Não utilizadas	-	-

29 Seguros

Em 31 de março de 2019, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 1.373.473 (31 de dezembro de 2018, R\$ 1.365.824), R\$ 523.266 (31 de dezembro de 2018, R\$ 523.266) para danos patrimoniais e R\$ 110.500 (31 de dezembro de 2018, R\$ 110.500) para responsabilidade civil, considerados suficientes pela Administração para cobertura de seus riscos operacionais.